

**EXCELENTÍSSIMO(A)                      SENHOR(A)                      DOUTOR(A)  
DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF.**

**Processo nº: xxxxxxxxxx**

**Agravante:** Defensoria Pública do Distrito Federal

**Agravada:** EMPRESA TAL

**Advogado:** Dr. FULANO DE TAL - OAB (Nº)

**Vara de Origem:** XXXXXXXXXXXXX

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL,  
inscrita no CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXX, vem, respeitosa e  
tempestivamente perante vossa excelência, apresentar:

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

com fulcro no **Art. 1.015, parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015**, em face da Decisão interlocutória de **ID (nº)** dos autos do processo acima identificado, que **suspendeu o cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens", conforme ID (nº), sem a indicação de bens passíveis de penhora**, com base nas razões de fato e de direito que passa a expor e, ao final, a requerer.

Em atenção ao disposto no §5º do artigo 1.017 do Novo Código de Processo Civil, sendo eletrônicos os autos do processo, o presente recurso está sendo instruído dispensando a juntada da cópia das peças referidas nos incisos I e II do caput.

**ESCLARECIMENTOS EM FACE DA DISPOSIÇÃO  
CONTIDA NO ART. 1.016, INC. IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL:**

- a) A Agravante cuida-se de **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXX
- b) A juízo da agravante deve figurar como agravada **EMPRESA TAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede **no ENDEREÇO TAL**, telefone (**nº**), endereço eletrônico tal, cujos interesses estão sendo patrocinados pelo advogado Dr. **FULANO DE TAL, OAB (Nº)**, com escritório situado no **ENDEREÇO TAL**, nos termos da procuração de ID **nº** – pág. **nº**.

Não foi apresentado o preparo tendo em vista que a agravante é dispensada de preparo, inclusive do porte de remessa e retorno, por isenção legal prevista no §1º do art. 1.007 do CPC.

Pede deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público(a)**

**RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
**Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios -**  
**TJDFT**

Colenda Turma

Eméritos Julgadores

Excelentíssimo Senhor Relator

**I - BREVE SÍNTESE DA EXORDIAL**

Trata-se, na origem, de Cumprimento de Sentença proposto pela DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (ID **(nº)**), acompanhada dos documentos de ID **(nº)**, ora agravante, em desfavor de **EMPRESA TAL**, ora agravada, com objetivo de realizar o cumprimento forçado da obrigação de pagar os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos da r. sentença de ID **(nº)**, que transitou em julgado dia **xx/xx/xxxx** (certidão de ID **(nº)**).

Emenda à inicial de ID **(nº)**.

Decisão Interlocutória de ID **(nº)** recebeu o cumprimento de sentença e determinou a intimação do devedor, na pessoa do seu advogado constituído (art. 513, §2º, I, do CPC), para ciência de eventuais informações bancárias e cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do CPC.

Certidão de ID **(nº)** certificou que transcorreu *in albis* o prazo da intimação de ID **(nº)**, pois não houve informação de pagamento pela parte devedora.

A Defensoria Pública do Distrito Federal, ante a ausência de cumprimento da obrigação pelo executado, apresentou planilha atualizada do débito (ID **(nº)**) e requereu o prosseguimento do feito (ID **(nº)**).

Decisão interlocutória de ID **(nº)** procedeu à consulta aos sistemas conveniados para a localização de bens do executado. Não

foram localizados valores nas contas bancárias do executado via sistema BACENJUD (ID XXXXXXXXXXXX); não foram localizados veículos registrados em nome do executado via sistema RENAJUD (ID **nº**); e não foram encontrados imóveis em nome do executado via sistema E-RIDF (ID **nº**), razão pela qual o d. Juízo determinou a intimação do exequente, ora agravante, para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do débito bem como indicar bens do devedor passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob de suspensão (art. 921, CPC).

A Defensoria Pública do Distrito Federal, ora agravante, em petição de ID (**nº**), juntou planilha atualizada dos débitos, totalizando a quantia de R\$ xxxxxx, e requereu a expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, nos termos do artigo 523, § 3º, do CPC.

Em Decisão Interlocutória de ID **nº**, ora agravada, o d. Juízo suspendeu o cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens", conforme ID (**nº**), sem a indicação de bens passíveis de penhora.

A Defensoria Pública do Distrito Federal opôs embargos de declaração de ID (**nº**), oportunidade em que apontou omissão ou erro material constante da decisão de ID (**nº**), que deixou de expedir o mandado de penhora de bens, alegando pedido genérico, sem observar o comando do art. 523, § 3º, do CPC.

Decisão Interlocutória de ID (**nº**) conheceu dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento.

Nesse sentido, imperioso se faz a interposição do presente agravo de instrumento, para que se reforme a r. decisão interlocutória de ID (**nº**) e seja determinado a expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, nos termos do §3º do artigo 523 do CPC.

## **II - DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é tempestivo, eis que o registro de ciência pela Defensoria Pública do Distrito Federal, passando a ter conhecimento da r. decisão de ID (**nº**), se deu no dia **xx/xx/xxxx**, mas foram opostos embargos de declaração interrompendo o prazo para agravar da decisão até o dia **xx/xx/xxxx**, quando a Defensoria Pública registrou ciência, nos autos do PJe, da decisão que recebeu os embargos, mas, no mérito, negou-lhes provimento.

Contando-se o prazo legal de 15 dias em dobro, conforme o que dispõe o artigo 186 do CPC/2015, bem como a Lei Complementar 1.060/90, levando-se em conta o feriado do Dia do Trabalho dia 01 de maio, o último dia do prazo para a interposição do presente recurso se dará dia **xx/xx/xxxx**.

### **III - DO MÉRITO**

O Agravo de Instrumento vem disciplinado no **artigo 1.015 do CPC/2015**, sendo cabível contra determinadas decisões interlocutórias, caso que será admitida a sua interposição por instrumento, *in verbis*:

**Art. 1.015.** Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que versarem sobre:  
[...]

**Parágrafo único - Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.**

Por intermédio da r. decisão interlocutória recorrida (ID nº), o d. Juízo *a quo* **suspendeu o cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu**

**genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens", conforme ID nº, sem a indicação de bens passíveis de penhora.**

No caso em apreço, o d. Juízo *a quo* firmou que a Defensoria Pública do Distrito Federal, ora agravante, formulou pleito genérico de penhora de bens, sem especificá-los, levando ao correlato indeferimento, sob o fundamento de que incumbe ao exequente indicar os bens ou, em casos de diligências, o local de cumprimento.

Ademais, o d. Juízo *a quo* consignou que não pode o Magistrado adotar atos executórios sem a adequada provocação. Assim, a expedição de mandado de penhora e de avaliação apenas poderia ser realizada após requerimento do exequente direcionado à constrição de bens determinados, com a indicação do local onde se encontram, e na hipótese de restar configurada a imprescindibilidade de atuação por oficial de justiça.

No presente caso, observa-se que o executado, ora agravado, apesar de devidamente intimado na pessoa de seu advogado (ID nº), não pagou a dívida nem nomeou bens para garantir a execução acerca dos honorários advocatícios que foi condenado a pagar (certidão de ID nº).

Em face da ausência de cumprimento voluntário da obrigação pelo executado, ora agravado, o d. Juízo *a quo*, de forma a prestigiar os princípios da celeridade, economia, racionalidade, efetividade e cooperação na prestação jurisdicional, procedeu à consulta aos sistemas conveniados para a localização de bens do executado.

Decisão Interlocutória de ID (nº) consignou que não foram localizados valores nas contas bancárias do executado via sistema BACENJUD (ID nº); não foram localizados veículos registrados em nome do executado via sistema RENAJUD (ID nº); e não foram encontrados imóveis em nome do executado via sistema E-RIDF (ID nº), razão pela qual o d. Juízo determinou a intimação do exequente, ora agravante, para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do débito bem como indicar bens do devedor passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob de suspensão (art. 921, CPC).

Em atenção ao comando final da Decisão Interlocutória de ID (nº), a Defensoria Pública do Distrito Federal, ora agravante, em petição de ID (nº), juntou planilha atualizada dos débitos, totalizando a quantia de R\$ **xxxxxx**, e requereu a expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, nos termos do artigo 523, § 3º, do CPC.

O §3º do artigo 523 do Código de Processo Civil dispõe que “não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação”.

A expedição de mandado de penhora, a ser cumprido por oficial de justiça, portanto, é uma das fases previstas no novo Código de Processo Civil para quando o devedor não paga a dívida nem oferece bens para garantir a execução (Art. 523, § 3º, CPC), não podendo tal expedição ser condicionada a que o credor especifique sobre quais bens a penhora deve recair.

Uma das finalidades precípua do mandado de penhora, inclusive, é a localização, pelo oficial de justiça, de bens do devedor passíveis de constrição, sendo certo que, apesar de tal ônus ser imposto ao exequente, ora agravante, a expedição de mandado de penhora, ao menos uma vez, é direito que lhe assiste.

Merece reforma, portanto, a r. decisão interlocutória de ID (nº), que **suspendeu o cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens", conforme ID nº, sem a indicação de bens passíveis de penhora**, devendo ser determinada a expedição do mandado no termos do art. 523, §3º, do Código de Processo Civil.

#### **IV - DO PREQUESTIONAMENTO - ART. 523, §3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Inicialmente, cumpre destacar que o §3º do artigo 523 do Código de Processo Civil dispõe que “não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, **será expedido, desde logo**, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação”.

Assim, com o fim específico de prequestionar o artigo 523, §3º, do CPC, requer-se também que este Egrégio Tribunal se manifeste especificamente acerca da aplicação deste dispositivo no caso do magistrado suspender o cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens".

Segundo ensinamentos de NELSON NERY JUNIOR, “diz se prequestionada determinada matéria quando o órgão julgador haja adotado entendimento explícito a respeito”. (Teoria Geral dos Recursos: 7ª ed. Revista dos Tribunais: 2014)

Nos termos da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é suficiente, para que a questão federal tenha sido prequestionada, que tenha sido ela suscitada pela parte no curso do contraditório, mas é essencial que a matéria tenha sido explicitamente decidida no aresto recorrido, embora não se faça necessária a expressa menção a texto de lei.

A melhor doutrina defende que os dispositivos devem ser prequestionados, ou seja, devem ser suscitadas eventuais violações à lei ou à Constituição, logo na primeira oportunidade de manifestação nos autos, portanto, é, em regra, na elaboração do recurso contra decisão de primeira Instância o momento oportuno para o prequestionamento.

## **V - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:



a) a intimação da agravada, na figura de seu patrono, para que apresente contraminuta, caso deseje;

b) que seja conhecido e dado provimento ao presente recurso, reformando-se a decisão agravada (ID **nº**), para que seja determinada a expedição de mandado de penhora e avaliação dos bens do executado, ora agravado, ante a ausência de pagamento voluntário do débito.

c) que, com o fim específico de prequestionar a matéria, seja explicitamente decidido no aresto acerca da aplicabilidade do artigo 523, §3º, do CPC, com a obrigatoriedade da expedição de mandado de penhora e avaliação de bens do executado na hipótese de ausência de pagamento voluntário do débito, sendo incorreta a hipótese de suspensão do cumprimento de sentença pelo prazo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 921, inciso III, §1º do CPC, sob a alegação de que a parte credora requereu genericamente a "expedição de mandado de penhora de bens", sem a indicação de bens passíveis de penhora.

Pede deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público(a)**